



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2009/2013**

**ATA NÚMERO DEZOITO**

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE. -----**

----- Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 49º da lei número 169/99 de 18 de Setembro alterada pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da acta da sessão de vinte e dois de Junho de dois mil e doze. -----**

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente. -----**

----- **Ponto um Ponto Três) – Período para intervenções. -----**

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de 2013. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de 2013. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Sinopse do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2013. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação da Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Prévia. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Seis) – Conhecimento das Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso – Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro – Compromissos Plurianuais. -----**

----- Ponto Dois Ponto Sete) – **Apreciação e Votação da Actualização de Valores de Taxas e / ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais.** ----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – **Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal 2012 – Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Vimioso.** -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – **Apreciação e Votação da Proposta de Aprovação da Nova Estrutura Orgânica e Despacho de Manutenção das Comissões de Serviço dos Chefes de Divisão.** -----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Aberta a sessão procedeu-se à verificação das presenças. Estiveram presentes os senhores deputados: José António Cerqueira da Costa Moreira, Heleno da Costa Simões, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Levinda de Lurdes Martins Pereira dos Penedos, Aníbal Alves do Rosário, Manuel João Ratão Português, José Manuel Granado Afonso, André Fernandes Ramos, Cédric Lopes Cheio, Sandra Manuela carvalho Vila, Ilda de Fátima Fernandes Martins, Luís Manuel Tomé Fernandes, Emílio José Torrão Esteves, Francisco António Ataíde Lopes, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Sérgio Augusto Pires, Tiago Manuel Fernandes Afonso, Hélder Domingos Ramos Pais, Arnaldo Augusto Alves Lourenço, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e Francisco Duarte Moura Bruçó. -----

----- Faltaram os senhores deputados: Vítor Manuel Fonseca Pires e António dos Santos João Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Carção. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, os senhores Vereadores António Jorge Fidalgo Martins, António Augusto Torrão Vaz e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu as boas vindas ao senhor deputado José Manuel Granado Afonso, e tenho manifestado que a sua contribuição seria positiva para os bons trabalhos desta Assembleia. Foi distribuída uma errata da sinopse. -----

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da Ata da Sessão de vinte e um de Setembro de dois mil e doze.** -----

----- Estando todos os elementos na posse da ata (enviada antecipadamente), foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria. Abstiveram-se, por não terem estado presentes na respectiva sessão, os senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Cédric Lopes Cheio, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Sérgio Augusto Pires, Hélder Domingos Ramos Pais e José Manuel Granado Afonso. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente.** -----

-----Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Fernandes Oliveira. Referiu-se à Feira de Artes Ofícios e Sabores dando os parabéns à Câmara Municipal e Empresa Municipal pela organização e pela forma como decorreu, tendo-a considerado um sucesso. Sublinhou a presença de expositores do concelho, que foram a grande maioria do certame. Questionou o executivo acerca dos critérios de escolha do local para a mancha da montaria tendo informado que há várias associativas interessadas em colaborar. -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse: Quero, em nome do Senhor Presidente, justificar a falta dele uma vez que se encontra a caminho do Porto, porque na quarta-feira, ao final do dia, fomos contactados pela Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte, informando-nos que nesse mesmo dia tinha sido, finalmente, aprovado o financiamento para a Escola EB 2,3 de Vimioso e, impreterivelmente teria que ser assinada ontem ou hoje. Ontem, ao senhor Presidente era-lhe de todo impossível estar, porque é o Presidente da Associação de Municípios e tinha reunião. É por esse motivo que o senhor Presidente não se encontra hoje aqui. Deu as boas vindas ao novo elemento desta Assembleia, conterrâneo José Manuel e desejou-lhe um bom trabalho. Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Oliveira agradeceu as palavras que dirigiu relativamente à realização da Feira. Estamos na décima segunda edição e, ao longo do tempo, as procuramos que cada ano seja melhor. Tem sido uma aposta do município e da empresa muni-

principal a valorização dos artesãos e dos expositores locais. Sublinhar que, dos cerca de setenta expositores, cinquenta eram do concelho, e exteriores ao nosso distrito eram quatro ou cinco expositores. Significa que nós estamos a valorizar a nossa região o nosso território e em especial o nosso concelho. A feira correu bem para a época que atravessamos. No final os expositores mostraram-se satisfeitos. Isto é o trabalho de todos e quero aqui enaltecer a colaboração muito próxima das Juntas de Freguesia que responderam ao nosso apelo no sentido de se fazerem representar nesta feira. Quanto ao critério da escolha da mancha não há nenhum critério específico nem há nenhum regulamento para a mancha, para a escolha da mancha para a montaria. Já foi feito em várias freguesias do concelho. Tem sido sempre em freguesias diferentes. De qualquer das formas, se houver alguma associativa, associação de caça, que tenha disponibilidade e interesse que aí se realize é comunicar-nos e nós daremos a informação para a empresa municipal e para o engenheiro Gonçalo, Técnico Florestal, no sentido de estudar essas possibilidades. Se a associativa de caça de Argozelo está interessada é comunicá-lo. Penso que ficou feita a comunicação e será transmitido isso à empresa municipal.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “Quero agradecer e felicitar a Câmara por todo o empenho que desenvolveu, os sacrifícios que teve, os incómodos que teve, para que o financiamento da escola fosse uma realidade. É com grande satisfação que, na qualidade de Director, vejo que aquela escola vai mudar de face vai tornar-se uma escola praticamente nova com um investimento inferior a um milhão de euros. Isto só se deve à dedicação do senhor Presidente da Câmara, do senhor Vice-Presidente e de toda a comunidade educativa que desde que eu iniciei funções sempre se empenharam embora, já anteriormente, o tivessem feito. Venho aqui dar os parabéns a esta Câmara e a todo este município porque a escola já merecia e os nossos, cerca de trezentos, alunos já mereciam também instalações novas.”

----- Para responder foi dada a palavra o senhor Vice-Presidente. Referiu: “senhor deputado Serafim João agradeço as palavras. Também está presente o senhor deputado José Carlos Gonçalves, anterior Presidente do executivo, e desde que nós estamos na Câmara tem sido o anseio de todos realizar as obras na escola EB 2,3. Já conhecem o historial todo deste processo. O senhor Director diz que ficará uma escola quase nova, nova não será mas ficará com

as condições de conforto, de higiene e de organização para que os alunos tenham melhores condições. Tenho visitado a escola com regularidade e, apesar do aquecimento não estar a funcionar praticamente nada, está mais quente agora do que o ano passado com o aquecimento, o que significa que as obras que lá foram feitas quer do isolamento exterior, quer das caixilharias já estão a produzir os seus efeitos.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Cédric Cheio. Disse:” Esta minha primeira intervenção, antes da ordem do dia, prende-se apenas com a aprovação recente na Assembleia da República da Lei 22/2012, da extinção das freguesias. Queria deixar aqui uma palavra de carinho às populações do nosso concelho e de todo o país que viram, com esta lei feita de forma cega e sem atender as preocupações das populações rurais e das populações das aldeias, principalmente do interior que estão a ser sacrificadas. Vai ser concerteza mais uma machadada que lhe vamos dar, que o país lhe vai dar, que o estado lhes vai dar para a sua completa extinção. É mais um exemplo da falta de visão dos nossos governantes, da falta de visão para o interior do país e em concreto para o nosso concelho. É lamentável que assim seja.” -----

----- Pediu a palavra o senhor Vice-Presidente. Disse: “ concordo com o senhor deputado Cédric Cheio e essa concordância já foi manifestada desde o início, desde o primeiro projecto-lei, quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal. O executivo desta Câmara Municipal no qual eu me incluo, e está registado em ata a minha intervenção na Assembleia Municipal sobre esta problemática, é de total repúdio, digo repúdio veemente contra esta lei. Nós somos absolutamente contra esta lei. E somo-lo desde a primeira hora, porque o país não é todo igual. Penso que, não é o país nem o estado que vai dar a machadada. Sejam os claros. É o Governo, porque nós somos país e somos estado e não queremos dar. É o Governo que dá esta machadada. Às vezes as pessoas podem interrogar-se, mas são do mesmo partido! Pois somos, só que eu sou autarca do concelho de Vimioso e fui eleito para defender o meu concelho e as suas freguesias. E, estou em total oposição de repúdio veemente face a isto, e fizemo-lo manifestar quer partidariamente quer em termos institucionais. Coloca-se aqui uma questão: acho que é importante, e ainda bem que fez essa intervenção, para que sejam completamente transparentes nisso. Pode levantar-se agora, a questão: então não nos devíamos ter

pronunciado? Bem, é o velho ditado “depois da minha filha casada não lhe faltam maridos”. Não devíamos, porque se nós, por princípio, somos contra, se tivéssemos feito a pronúncia estávamos a dizer que éramos a favor. Ou somos contra ou então aceitamos tudo aquilo que nos impõem. Somos absolutamente contra. Fomos contra quando a lei inicial previa freguesias com mínimo de quinhentos habitantes e somos obviamente contra agora, porque a realidade dos concelhos de interior, concelhos rurais com cada vez mais despovoamento como é o caso do nosso, não é a realidade dos centros urbanos. A lei devia ter sido pensada de uma outra forma. A nossa oposição é tanto maior quanto há uma comissão técnica que só tem representação de dois partidos e depois tem outros elementos, mas em termos parlamentares só o PSD e o CDS-PP é que integraram a comissão técnica. Nem sequer há uma abrangência relativamente a esta decisão. Depois aquela história ainda de darem quinze por cento a quem a fizer voluntariamente. Ao darem os quinze por cento não estão a fazê-la voluntariamente estão-lhe a impôr. Portanto, isto é uma imposição. Não é nenhum reбуçado que estão a dar. O Governo, na minha opinião, de uma forma teimosa insiste porque está inscrito no memorando da TROIKA. Penso que temos de ter um afastamento político-partidário desta questão, porque senão estamos a dar tiros no próprio pé. Porque sejamos claros: o memorando foi assinado por três partidos e está lá escrito a redução das autarquias. Não vale a pena agora estarmos aqui a chutar de um lado para o outro porque toda a gente é responsável. Temos que aguardar e tenho alguma esperança, embora muito diminuta mas pode ser que se concretize, que o senhor Presidente da República num ano de eleições autárquicas não seja ele também a pôr mais gasolina na fogueira ao promulgar esta lei porque vai incendiar completamente o país. Esperemos que esta lei não seja promulgada. É necessário fazer uma reforma? É necessário. Estive em várias reuniões. Estive numa reunião acompanhado do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, em Vila Real onde eu próprio usei da palavra manifestando total oposição a esta lei. Estive numa reunião promovida pela ANAFRE em que mais uma vez demos sugestões e manifestamo-nos completamente à oposição desta lei, mas infelizmente as coisas estão feitas desta forma. Há populações, o caso de Campo de Víboras e Uva, que se manifestaram claramente junto de instâncias competentes no sentido de, embora contra a agregação, sendo feita, disseram que preferiam

agregar-se a Vimioso numa lógica de maior proximidade à vila, tal como nós, com a questão dos tribunais, preferimos ser extensão de Bragança do que ser extensão de Miranda do Douro. De qualquer das formas quero novamente sublinhar que somos completamente contra. Não é contra a reforma administrativa autárquica porque ela envolve outras coisas. Somos contra esta lei, este método e esta forma de agregar freguesias que, na verdade, é extinguir algumas. Tenho seriamente muitas dúvidas de que isto vá reduzir custos, penso que, no meio rural, vai é aumentá-los.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado Afonso. Disse:” Quero agradecer as palavras de boas vindas. Sou novo nestas coisas, apanhei o comboio em andamento mas é melhor apanhá-lo em andamento do que não o apanhar. Ao aceitar vir para aqui pensei e disse assim: tenho uma certeza, a certeza que irei ser oposição, mas não vou ser oposição sistemática só no bota abaixo. Como prova disso quero dar os parabéns ao senhor Vice-Presidente pela belíssima intervenção que fez sobre este assunto. Mas, não vou pôr-me de joelhos, quando tiver que se criticar critica-se quando tiver que se dar os parabéns também se dão. Tenho também a esperança de poder dar algum contributo para o desenvolvimento da nossa terra.” -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação (enviada antecipadamente). Não houve intervenções / pedidos de esclarecimento. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs, e foi aceite por unanimidade que, atendendo à complementaridade dos pontos dois ponto dois, dois ponto três e dois ponto quatro, fossem apresentados e discutidos em conjunto, decorrendo a votação dos mesmos separadamente -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de 2013.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de 2013.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Sinopse do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) 2013.** -----

----- O Senhor Vice-Presidente fez a seguinte intervenção: -----

**“Exmº. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmos. Membros da Assembleia Municipal  
Exmºs Senhores Presidentes de Junta de Freguesia**

Em nome do executivo, apresento o Orçamento e o Plano para o ano de 2013, aprovados em sede de reunião ordinária da Câmara Municipal realizada a 3 de Dezembro do mês corrente.

Os documentos que ora apresentamos foram, ao longo dos 11 anos à frente da Câmara Municipal, os de mais difícil elaboração, decorrente da difícil situação económica e financeira que o país vive e que, obviamente, se reflecte nas autarquias, em geral, e na nossa em particular, uma vez que dependemos, quase na totalidade, das transferências do orçamento de Estado e das candidaturas a fundos comunitários. A dificuldade não é técnica mas sim provocada pela grande incerteza dos fundos disponíveis, sendo que a grande preocupação consiste em cumprir com os compromissos já assumidos, reforçar as áreas de intervenção social, por forma a minimizar os efeitos que a crise está a ter nas famílias. Além disso a lei dos compromissos é absolutamente cega afectando não só os que até aqui foram incumpridores, mas também aqueles que como nós cumpriram integralmente com os compromissos assumidos.

O orçamento, no valor global de 14.303.875.00 €, a exemplo dos anos precedentes, privilegia o investimento no conjunto das despesas correntes e de capital que cumpre onerar.

É um Orçamento inferior ao do ano que agora termina em cerca de 3,5 milhões de euros.

O valor apresentado engloba, como se compreende, receitas de fundos comunitários, a que pudemos recorrer, sendo que, os investimentos apresentados, na sua grande maioria já têm financiamento assegurado, alguns deles estão a ser realizados, pelo que, necessitam de ser concluídos.

Igualmente se confere relevância à produtividade, sendo de primordial importância a modernização dos serviços a qual inclui a qualificação dos quadros de direcção e chefia, dos quadros técnicos e do pessoal em geral;



Também e se necessário, se procederá à contratação de serviços externos, garantindo qualidade nos serviços prestados.

Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia:

Apresentamos, agora, alguns dados, os mais relevantes relacionados com os documentos previsionais:

### **ORÇAMENTO:**

As receitas correntes apresentam o montante de 7.161.889,00 euros face à importância de 6.973.825,00 euros das despesas correntes.

O orçamento para 2013 apresenta, comparativamente ao de 2012, uma diminuição de 15,41%.

O orçamento das receitas de capital representa 49,93% do orçamento global, enquanto das correntes assume uma percentagem de 50,97%.

Da evolução da previsão das receitas totais, por fonte de financiamento, direi que a maior percentagem, ou seja, a quase totalidade advirá do FEF, do Fundo Social Municipal e IRS no montante de € 5.816.562,00, de Apoios Comunitários e outras com € 5.868.588,42, que, somadas atingem 81,69% do total.

As receitas próprias resumem-se a audaciosos 18,31%, daí a necessidade urgente de gerar receitas ao alcance da autarquia.

No tocante ao orçamento da despesa, ressalvo a necessidade de, no âmbito das competências legalmente conferidas ao município, a afectação de recursos ao desenvolvimento de actividades para satisfação das necessidades da população local.

As despesas correntes representam 48,75% do total do orçamento, valor inferior à média nacional de municípios que é de 57% e à média dos municípios de média dimensão que é de 56%.

As despesas de capital significam 51,25% do orçamento.

A previsão dos fundos da autarquia é dividida pelas várias unidades orgânicas, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos desígnios traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:

Neste documento estão elencados os principais investimentos, permitam-me que diga esperemos que possíveis, da autarquia, consubstanciados em 3 grandes objectivos: as **funções gerais**, as **funções sociais**, as **funções económicas** e outras funções.

Pre vemos, assim, para o ano de 2013, um valor global de € 7.655.500,00, o qual inclui também despesas com pequenas reparações e conservações de equipamentos e imóveis, normalmente executáveis por administração directa, cujas importâncias se encontram imputadas em 7,20% às funções gerais, 64,61% às funções sociais, 22,15% às funções económicas e 6,04% às outras funções.

Não obstante os tempos difíceis que atravessamos, nomeadamente, ao nível económico e, sobretudo, financeiro, continuamos focados na fixação e atracção de gente no concelho, sobretudo dos mais jovens por forma a gerar dinâmicas de desenvolvimento.

É por isso que o Plano apresenta duas orientações preponderantes:

A 1ª, respeita à necessidade de termos de pagar os investimentos que temos vindo a realizar, os quais têm permitido ao concelho acompanhar as tendências de modernidade facilitadoras da vida pessoal, familiar e profissional das pessoas.

A 2ª, relaciona-se com os projectos/investimentos que consideramos prioritários e que asseguram a sustentabilidade do concelho em termos financeiros e de criação de emprego, a saber:

Estância Termal da Terronha; Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso, Diversas Requalificações Urbanísticas no concelho, Construção do Heliporto, Centro Interpretativo das Minas de Argoselo, Beneficiação da EN 218 que liga Vimioso-Caçarelhos incluindo a ponte do Cabo; entre outras.

Resulta claro que a grande preocupação assenta como afirmei, no desenvolvimento económico, gerador de postos de trabalhos e portanto, de riqueza. É um orgulho para todos constatar que o nosso concelho se encontra dotado de infra-estruturas básicas com altas taxas de cobertura, com equipa-

mentos adequados à promoção cultural, económica, turística, educacional e social.

É, pois, tempo de continuar a reforçar a aposta no desenvolvimento económico, concluindo estudos e projectos, alguns já em execução.

Não obstante todas as contrariedades, é com esta determinação e confiança num futuro melhor que encaramos o próximo ano, colocando sempre as pessoas no centro da nossa actuação

Continuaremos a reivindicar do Estado Central aquilo a que temos direito e não aceitamos que continue a ser negado. Refiro-me à ligação Vimioso – Outeiro – A4 e à Mini - hidrúca.

### **SERVIÇO DA DÍVIDA**

Esta Câmara situa-se dentro dos limites estabelecidos pela nova Lei das Finanças Locais e muito, muito longe de se considerar em situação de ruptura financeira. A dívida salda-se abaixo dos 50%. Paralelamente, os investimentos têm prosseguido em bom ritmo e têm-se constituído como mola impulsadora do desenvolvimento sustentado deste concelho.

Senhor Presidente e senhores membros da Assembleia Municipal:

Apesar de todas as dificuldades é reconfortante saber que os munícipes e mesmo as pessoas do exterior ao concelho reconhecem o esforço da autarquia e dos seus funcionários. Graças ao nosso sentido de estado somos hoje referenciados como exemplo a seguir na gestão dos dinheiros que a todos nós pertencem porque são públicos.

Também nós reconhecemos e agradecemos o esforço e a dedicação diria mesmo a resistência dos munícipes em geral na construção de um concelho mais dinâmico, mais próspero.

Para nós, desde a primeira hora, o desenvolvimento sustentável do concelho, a defesa dos superiores interesses das populações estão e estarão sempre acima de toda e qualquer luta político-partidária. Todos somos poucos para continuarmos a erguer a bandeira do nosso concelho pois que, é assim

que preparamos o futuro das novas gerações, ao mesmo tempo que homenageamos todos aqueles que nos antecederam.

Apelo ao empenhamento de todos, porque nós temos responsabilidades acrescidas, na certeza de que o concelho precisa de todos e será bem mais forte se cada um der o seu melhor contributo.

É porque acreditamos nas potencialidades do nosso concelho e, em particular, das suas laboriosas gentes, que continuamos a privilegiar o investimento, sendo que, por força das circunstâncias, estaremos particularmente atentos a todas as situações de carência ou crise social porque a política faz-se com e para as pessoas. A defesa intransigente do primado da pessoa humana é primeiro e o último valor que orienta a nossa acção. Todo o ser humano o merece e a gente deste concelho, em especial.

Disse. “

----- Interveio o senhor deputado Cédric Cheio. Disse:” Antes de mais uma pequena correcção à intervenção do senhor Vice-Presidente: quando diz que o orçamento para dois mil e treze cai em três vírgula cinco milhões de euros, não é verdade, cai em dois vírgula cinco milhões de euros. O orçamento para dois mil e treze vai emagrecer aproximadamente quinze por cento. Quinze por cento representam os tais dois vírgula cinco milhões de euros. No entanto, gostaria de perceber melhor este decréscimo, esta quebra, porque continuam a crescer as despesas correntes do município em aproximadamente treze por cento, muito perto de setecentos e oitenta mil euros, nas quais crescem dezasseis por cento as despesas com pessoal, crescem quinze por cento as despesas com aquisição de bens e serviços, despesas correntes. Portanto, que tipo de bens e serviços correntes é que vão ser contratados para crescerem num valor superior a trezentos mil euros. É lamentável que o corte de dois vírgula cinco milhões de euros que o orçamento de dois mil e treze vai verificar seja repercutido totalmente no investimento do município, uma vez que as despesas de capital caem trinta e um por cento, principal destaque para as despesas de aquisição de bens de capital que decrescem três milhões e trezentos e sessenta mil euros. Relativamente às despesas com pessoal, ouvimos todos os dias falar na necessidade da reforma administrativa autárquica, não se percebe porque é que as despesas com pessoal crescem em todas as unidades orgânicas

deste município: na administração autárquica, nas despesas para a Assembleia Municipal, Câmara Municipal, na Divisão Administrativa, na Divisão Financeira, na Divisão de Desenvolvimento Económico-Social, na Divisão do Urbanismo e Planeamento, na Divisão do Ambiente e Transportes, na Divisão de Obras e Logística e na Divisão de Informática e Sistemas. Todas as despesas com pessoal referentes a estas unidades orgânicas do município crescem em dois mil e treze comparativamente ao praticado em dois mil e doze. Este orçamento reflecte a situação económico-financeira do país. No entanto não percebemos porque é que o município não só não consegue diminuir as suas despesas correntes, como as vê aumentar e repercute a quebra no investimento do município. Dá a sensação que se corta no essencial e não se corta no acessório. Vemos, mais uma vez, estes documentos e não percebemos uma política clara para o desenvolvimento económico deste concelho. Continuamos com projectos e obras avulsas mas sem uma estratégia articulada para tirar este concelho do marasmo em que se encontra. Pela primeira vez, e bem, o município apresenta-nos, com o seu Plano Plurianual de Investimentos, o mapa completo com a previsão de encargos com os empréstimos bancários em dois mil e treze. No entanto, comparando este documento com a sinopse que nos foi igualmente fornecida. Diz-nos que em dois mil e treze as previsões com amortizações e juros de serviço da dívida é de seiscentos e vinte mil euros, (números redondos) mas no PPI o montante é de quinhentos e sessenta e três mil euros. Há aqui uma diferença de cento e quinze mil euros. Gostava de saber qual será o valor correcto, se é o que está na sinopse ou se é o que está no Plano Plurianual de Investimentos. Neste mesmo mapa, tem aqui primeiro empréstimo à Caixa Geral de Depósitos que foi contratado em mil novecentos e noventa e nove por um prazo de seis anos, como é que ainda tem serviço de dívida em dois mil e treze? Mil, novecentos e noventa e nove mais seis anos, teria sido liquidado em dois mil e cinco. O terceiro a mesma coisa. Não sei porque consta aqui, foi contratado em dois mil e três por oito anos, venceu-se em dois mil e onze! Do programa pagar a tempo e horas, contratado em dois mil e oito por um prazo de dois anos, como é que ainda vai ter dívida em trinta e um de Dezembro de dois mil e treze?" -----

----- Para responder usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:" Muito obrigado pelas questões que o senhor deputado coloca, mas começar por não

concordar com algumas afirmações que faz: não há uma política clara e que é preciso tirar o concelho do marasmo em que se encontra. Temos, de facto, visões completamente opostas sobre o concelho e sobre a situação em que ele se encontra. Se se refere à situação financeira da Câmara Municipal é exactamente o oposto, está numa situação financeira equilibradíssima sem qualquer dívida a fornecedores e empreiteiros e, como lhe digo somos hoje referenciados como exemplo a seguir. Apesar das nossas receitas próprias serem muito diminutas conseguimos, mesmo assim, ter um grande investimento no nosso concelho. É verificar na educação, no apoio à actividade económica, na área social, e na vertente cultural. Se isto é marasmo! Diria mesmo que nós estamos até muitas vezes contra corrente do país, porque o país está nesta situação em que se encontra e nós, mesmo assim, graças à saúde financeira em que nos encontramos conseguimos ter investimento. Não fosse essa saúde financeira em que nos encontramos hoje as obras da escola EB 2,3 estariam seguramente paradas, porque uma Câmara como a nossa com orçamentos tão apertados e com receitas próprias tão diminutas, conseguiu justificar junto do Tribunal de Contas e até para espanto deles, que tínhamos recursos financeiros suficientes para suportar a obra da escola. Ora a isto chama-se exactamente tudo menos marasmo ou falta de política clara. Há aqui algumas questões técnicas, trata-se de documentos meramente técnicos e posso chamar, depois, alguém da divisão financeira para prestar algum esclarecimento. Relativamente à questão do orçamento, eu falei nos três milhões e meio porque, há despesas que entram no Plano este ano que não entravam no Plano do ano anterior devido a novas exigências legais. Estou-me a referir, por exemplo, ao pagamento da electricidade pública, ela é toda integrada, este ano, no Plano, orça em mais de quinhentos mil euros. A diferença relativamente ao ano anterior salda-se perto dos três milhões de euros, mais estes quinhentos que eu referi. Quanto às despesas com o pessoal elas vão diminuir senhor deputado! Recordo-me da sua intervenção o ano passado: claro que as despesas do pessoal vão diminuir porque não vão pagar os subsídios. Mas, este ano, vão ser pagos, daí aumentar! Estes dezasseis por cento refere-se ao pagamento do subsídio de Natal e refere-se a uma coisa que o senhor deputado provavelmente lhe passou ao ler a sinopse, é que estão previstas as transferências do pessoal da escola EB 2,3 para o município. São cerca de vinte e seis a vinte e nove funcionários que vão

onerar as despesas com o pessoal, sendo que, na prática, não é o município que suporta. Na teoria é o município que o suporta, na prática o município não o suporta porque todas essas despesas com o pessoal que poderá vir a ser transferido da escola EB 2,3 para a Câmara Municipal, todos os encargos serão assumidos pelo Ministério da Educação que fará as respectivas transferências para o município. Já agora, referir que essa transferência de competências que inclui a transferência dos funcionários já deveria ter ocorrido em Junho deste ano, mas atendendo aos atrasos das obras e no financiamento da escola EB 2,3 foi deliberado em reunião de Câmara, por unanimidade, não aceitar essa transferência de pessoal até um de Janeiro de dois mil e treze. E, na última reunião de Câmara, voltamos novamente a deliberar não aceitar já em um de Janeiro as transferências do pessoal porque as obras não estão concluídas e ainda não está totalmente financiado. Já informamos o Ministério da Educação que no dia um de Janeiro não aceitamos ainda a transferência do pessoal não docente da Escola EB 2,3 para a autarquia, o que significa que estes dezasseis por cento, à partida, não se verificarão na totalidade. Depois fala na aquisição de bens e serviços. Obviamente que aumenta porque vamos ter que recorrer, em muita situações, à administração directa, uma vez que nós temos que manter determinados serviços e outros investimentos que nós tínhamos que fazer através de fundos comunitários. Não sendo possível, vamos ter que aumentar esses serviços. Por outro lado, todos os anos o serviço, por exemplo com a AGS, no que respeita à água, e no que respeita aos resíduos há actualizações dos preços contratados em função da inflação e da actualização dos preços. Significa que esses serviços ficarão sempre mais caros de ano para ano. Quanto aos empréstimos vai aumentar o montante das amortizações e juros, porque nós fizemos um contrato com o Instituto Nacional da Habitação por causa do loteamento social lá em cima em frente à GNR. Tínhamos a carência de cinco anos e, obviamente, no próximo ano vamos ter que começar a pagar por esse empréstimo, daí ele aumentar dos quinhentos para os seiscentos e tal mil euros.” -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador António Torrão. Referiu:” O senhor Vice-Presidente explicou convenientemente, deu resposta às questões solicitadas pelo senhor deputado Cédric. Com toda a sinceridade eu não acredito que ele sinta aquilo que diz. Depois de todos reconhecermos a saúde financeira do

município pronunciar-se desta forma tão pessimista, (aliás é característico dele ao longo dos anos), não me parece que o sinta verdadeiramente. Quando fala no aumento das despesas correntes, eu compreendo o desconhecimento deste aumento das despesas correntes porque não tem acompanhado a actividade da Câmara Municipal. Como explicou o senhor Vice-Presidente aumenta a aquisição de bens e serviços porque poderá haver necessidade de recurso a obras com administração directa. Aumentam as transferências correntes porque grande parte dos subsídios atribuídos saem por esta rubrica. E é do vosso conhecimento que nos últimos anos e no último ano, têm sido aprovados regulamentos de apoio à actividade social, nomeadamente o último de apoio ao ensino superior sendo que, o valor a pagar é uma transferência corrente. São razões de natureza social, razões de gestão da Câmara Municipal, no caso deste de aquisição de serviços, que justificam este aumento das transferências correntes.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado Afonso. Disse:” Sou novo e inexperiente mas preparei-me ou procurei preparar-me. Senhor Vice-Presidente, na sinopse há aqui dois pontos que não entendo: página quatro. Assim sendo a metodologia adoptada pelo orçamento da receita, para o ano financeiro de dois mil e treze foi baseada na média aritmética dos últimos vinte e quatro meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado, o de Setembro de dois mil e treze: julgo ser dois mil e doze, na sua intervenção, o senhor Vice-Presidente também diz: A leitura sintetizada no quadro seguinte, permite-nos concluir que orçamento de dois mil e treze, apresenta comparativamente ao ano de dois mil e doze, uma diminuição de quinze quarenta e um, e aqui está quinze trinta e dois. Este documento que nos foi apresentado que para mim ainda é um documento de trabalho. Está globalmente equilibrado e estruturalmente bem elaborado sobre o ponto de vista contabilístico. Mas, não se trata de um documento perfeito, nem pretende sê-lo talvez, e como tal merece algumas considerações especialmente na rubrica das receitas. No meu ponto de vista existem rubricas que foram objecto de sobrevalorização: o IMI que aumenta mais de cem por cento. Nos últimos dois anos o IMI no concelho de Vimioso foi em dois mil e dez de cerca de cento e trinta e cinco mil euros, em dois mil e onze cento e quarenta e um mil. No final diz que só pode aumentar metade das receitas dos últimos quatro meses don-



de parece-me que é difícil atingir os trezentos mil euros previstos no IMI. É verdade que estamos a fazer a avaliação mas isso não significa tudo, e portanto, nesta meta, acho que está um pouquinho exagerada. Também me parece sobrevalorizada a receita da venda dos terrenos. Vejo aqui várias rubricas de “outros”. Sei que na rubrica da contabilidade há os outros. Mas aqui há verbas significativas. No meu entender devíamos ter um relatório com outros. Que despesas são essas? Concretamente digo-lhe: três ponto um outras duzentos e setenta, tem cá a rubrica outros, mais outros e depois outros, e ao fundo outras receitas correntes outras, outras, outras dentro da mesma rubrica. Deixo o reparo.” -----

----- Para responder usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Relativamente à intervenção do senhor José Manuel Granado, agradecer-lhe as correcções de gralhas. De facto não é dois mil e treze é dois mil e doze e, também não é quinze quarenta e um é quinze trinta e dois. Relativamente ao IMI e à venda de terrenos são receitas que podem ser avultadas. São de facto e, eu disse na minha intervenção, que prevemos uns audaciosos dezoito por cento de receitas próprias. A Câmara, o ano passado, teve de receitas próprias doze por cento, porque tínhamos aqui graves problemas com a cobrança da água e conseguimos recuperar esse dinheiro todo. Nós sabemos, basta ver as contas que apresentamos no mês de Abril, como é de lei, para enviar para o Tribunal de Contas, que as receitas próprias da Câmara nunca ultrapassaram os seis, sete por cento no máximo, o que significa que dezoito por cento é muito. Mas isto é feito de forma intencional. É tão intencional que não estamos preocupados com as taxas de execução. As taxas de execução dos nossos planos, às vezes nem chegam aos cinquenta por cento. Podemos ser acusados, então só realizaram isto? Só. Mas não é isso que nos preocupa como bem disse. Isto é apenas um plano. Dizer-lhe que à questão da venda dos terrenos, no ano passado prevíamos cerca de um milhão e duzentos mil e euros e realizamos setecentos e catorze euros. Pode dizer, mas isso é planear mal! No sentido restrito da palavra é planear mal de facto, mas no sentido da gestão e maleabilidade de gestão da Câmara temo-nos dado bem com este tipo de planeamento. Porquê? Se assim não for, volto a repetir, as obras da Escola EB 2,3 não se teriam realizado. Como é que nós conseguimos justificar junto do Tribunal de Contas que tínhamos em plano dinheiro suficiente para realizar as obras? Nunca sabe-

mos qual é a taxa de comparticipação por exemplo dos fundos comunitários que geralmente tem andado nos oitenta, mas há fundos comunitários, por exemplo para a valorização do património rural onde está integrada a Igreja de Algosó e o largo de Matela é só sessenta por cento. Portanto temos de ter aqui alguma folga financeira para depois podermos acudir a situações que nos podem ocorrer. E é esta maleabilidade que nos tem permitido sempre com prontidão pagar por exemplo a tempo e horas a todos os fornecedores e empreiteiros. Oxalá nós o conseguíssemos, quem nos dera ter receitas próprias de dezoito por cento. Aí, então, os nossos investimentos podiam ser muito mais, porque, como também disse na minha intervenção inicial nós dependemos noventa e quatro, noventa e cinco por cento das transferências do Orçamento do Estado. O que podemos fazer para além disso, depende da capacidade de ir aos fundos comunitários. Felizmente, até à data, temos ido a praticamente tudo que é possível de fundos comunitários. Recordo que a Escola EB 2,3 de Vimioso, em termos teóricos, vai custar à Câmara Municipal zero, porque ela é financiada a cem por cento. Mas, como até lá o dinheiro não chega, temos de ter as “almofadas”, o espaço no sentido de pudermos colmatar estas necessidades que nos podem surgir. A questão do IMI, entra na mesma lógica, atendendo a que está em curso a reavaliação dos prédios urbanos, prevê-se que as receitas venham a aumentar mas não chegará aos trezentos mil euros. Mas, se tudo isto batesse certinho então as taxas de execução dos nossos planos iam para os oitenta e noventa por cento, que é isso que acontece na realidade, não em função dos documentos que apresentamos, mas na prática. Podíamos chegar à reunião de hoje e fazer uma alteração ao plano e ao orçamento de dois mil e doze e em Abril tínhamos taxas de execução de oitenta, noventa por cento. Mas não fazemos isso. Assumimos exactamente esta postura até ao final. O que nos preocupa é que se possa fazer o investimento e acorrer às situações em tempo útil. Com cinco por cento de receitas próprias era completamente inviável conseguirmos fazer isso. Relativamente à questão dos “outros” também nós na elaboração dos documentos pedimos aos nossos serviços a apresentação técnica dos documentos que é disso que se trata. Obviamente, as opções que estão no plano são todas políticas, são todas nossas, depois a parte técnica é com os técnicos e, obviamente, temos a obrigação de as conhecer. Suscitou-me a dúvida, por exemplo, de outras funções.

Perguntei: mas isto tem aqui outras funções? Que funções são estas? Por exemplo, nas outras funções, que tem quatrocentos e sessenta e dois mil euros, tenho aqui a informação que engloba as acções não incluídas em funções específicas, como seja a modernização da gestão do serviços municipais no âmbito das TIC, sistema de apoio à modernização administrativa, obras no edifício do GAT, (o edifício do GAT é o edifício, perto das finanças em Bragança, da Associação de Municípios que é de todos, vai sofrer obras todos temos de contribuir para o custeamento dessas despesas), aquisição de máquinas pesadas, aquisição de viaturas ligeiras, apoio às Juntas de Freguesia, reparação manutenção de viaturas ou máquinas, aquisição de material para o armazém e aquisição de outro material. A nós próprios, políticos, também se nos levantam estas questões dos “outros”. Muitas vezes estas questões que levantam, e bem, acontece exactamente o mesmo connosco.” -----

----- Ainda para esclarecimento usou da palavra o senhor Vereador António Torrão. Disse: “ não é possível realizar dinheiro em vendas de bens de investimento a vender terrenos a um cêntimo. Ainda quanto à referência de “outros” ou outras receitas, ou outras despesas, apenas elementos concretos: outras receitas correntes: por exemplo o IVA que é reembolsável está incluído. A venda de energia eléctrica, por causa da micro-geração, está incluída em outras receitas correntes, no acerto de contas com a AGS pelo facto de três funcionários estarem ligados à AGS está incluído noutras receitas correntes. Quanto a despesas: outras despesas correntes: o prémio Bebé do ano e as vacinas estão incluídas noutras despesas correntes. Outras despesas de capital: a indemnização por ocupação de terrenos está incluída em outras despesas de capital, bem como o apoio dado no âmbito do regulamento a apoio a estratos sociais desfavorecidos no âmbito da habitação outras despesas de capital. São exemplos concretos que justificam outras despesas ou outras receitas.” -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou cada um dos pontos à votação: Ponto dois ponto dois – Aprovado por maioria com o voto contra do senhor deputado Cédric Cheio e as abstenções dos senhores deputados, Heleno Simões, Levinda dos Penedos e José Carlos Gonçalves. Ponto dois ponto três - Aprovado por maioria com os votos contra dos senhores deputados Cédric Cheio, Levinda dos Penedos e a abstenção dos senhores deputados Heleno Simões,

José Carlos Gonçalves e José Manuel Granado. Ponto dois ponto quatro – Aprovado por maioria com o voto contra do senhor deputado Cédric Cheio e a abstenção dos senhores deputados Heleno Simões, Levinda dos Penedos e José Carlos Gonçalves. Colocados à votação em minuta, todos os pontos foram aprovados por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia.** -----

----- Introduziu este ponto o senhor Vereador António Torrão. Disse:” Na sequência da publicação da lei 8/2012, como é do conhecimento de todos, lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, alterou-se o procedimento quanto à contratação ou aquisição de bens e serviços. Antes de contratar, antes de assumir compromissos, é necessário fazer o cabimento e em consequência receita efectiva disponível naquele momento ou nos três meses seguintes. Há no entanto compromissos que o município assume cuja execução se prolonga por mais do que um ano. O compromisso é assumido em dois mil e doze, (Setembro de dois mil e doze), mas a sua execução prolonga-se até dois mil e treze, dois mil e catorze, dois mil e quinze. Exemplos que estão especificados na informação enviada como por exemplo o contrato de prestação de serviços de leitura e cobrança de água, cujo prazo de execução é de três anos, ou o tratamento de resíduos sólidos, ou os transportes escolares que no caso concreto de dois mil e doze dois mil e treze. Em suma, estamos perante compromissos plurianuais. É relativamente a esses compromissos plurianuais que se pede autorização prévia da Assembleia Municipal.” -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Dois Ponto Seis) – Conhecimento das Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso – Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro – Compromissos Plurianuais.** -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador António Torrão. Referiu:” Este assunto foi colocado nas mesmas circunstâncias em sessão da Assembleia Municipal do ano passado. Com a entrada em vigor da lei da assunção de compromissos, a Câmara Municipal propôs à Assembleia esta autorização prévia. Mas porque existe nesta Câmara transparência, vem agora, na sequência da delibe-

ração tomada anteriormente, dar conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos na sequência da autorização prévia da Assembleia Municipal. Este documento é apenas para dar conhecimento à Assembleia Municipal de que no âmbito da autorização concedida foram assumidos compromissos plurianuais a saber: aquisição de serviços, seguros e multiriscos do canil intermunicipal de Vimioso, contratação de serviços para a nomeação de revisores da sociedade revisores de contas, aquisição de serviços de fisioterapia para as iPSS"s contrato esse que terminou em Junho e cuja renovação foi efectuada imediatamente a seguir, apoio à família, alargamento do horário de acompanhamento em horário de almoço, transportes escolares, prestação de serviços de manutenção preventiva de equipamento das instalações do pavilhão multiusos de Vimioso. Os exemplos aqui apresentados são contratações que se iniciaram em dois mil e doze mas que se prolongam nos anos seguintes, dois mil e treze, ou dois mil e catorze. Não consta aqui por exemplo o da água, porque essa autorização já foi concedida e ela ainda não terminou porque há as promulgações sucessivas, porque o contrato anterior acabou em Junho e procedemos a nova contratação que se prolonga por mais três anos." -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Actualização de Valores de Taxas e/ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais. -----**

----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente. Disse:" É de lei que todas as taxas e regulamentos têm que ser actualizadas todos os anos em função dos valores da inflação. Só se sabem em Janeiro e portanto todas as taxas deviam ser actualizadas. O que diz a lei é que a actualização é automática nem necessita de vir à Assembleia Municipal. Nós trazemos aqui à Assembleia Municipal porque em reunião de Câmara propôs-se, e foi aprovado por unanimidade, que não haverá actualização para as taxas de água e saneamento básico e recolha de lixo. Ou seja, uma vez que é aquilo que mais mexe diariamente com as pessoas, (todas as outras taxas terão a actualização em função da inflação), tudo o que diga respeito a água, saneamento e lixos, nós deliberamos não actualizar as taxas. Ao pôr uma taxa diferente daquela que a lei impunha tem que ser deliberada pela Assembleia Municipal, tal como fizemos

no ano anterior. Eram mais receitas para a Câmara Municipal mas, obviamente, seriam mais despesa para as famílias. O que aqui se está a propor é que os valores da água e saneamento fiquem exactamente iguais ao dos anos anteriores. Trata-se de uma questão social, ir de encontro às necessidades dos munícipes, não os onerando ainda mais com estes bens que achamos que são de primeira necessidade. Daqui resulta menos receita para a Câmara Municipal, mas resultará seguramente mais folga para os munícipes.” -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**----- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal 2013 – Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Vimioso. -----**

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Como também consta na documentação que lhes foi fornecida apresentamos para dois mil e treze, o mapa de pessoal. É muito simples: é exactamente igual ao de dois mil e doze, não abrimos mais lugar nenhum, não criamos nenhuma vaga nem suprimimos nenhuma das vagas que existem, ou seja, o quadro de pessoal para dois mil e treze é exactamente igual ao quadro de pessoal que está em vigor este ano.” --

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**----- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e Votação da Proposta de Aprovação da Nova Estrutura Orgânica e Despacho de Manutenção das Comissões de Serviço dos Chefes de Divisão. -----**

----- Introduziu o ponto o senhor Vice-Presidente. Disse:” Permitam-me que se possa comparar a estrutura orgânica que ainda está em vigor (que está no documento anterior) com a nova estrutura orgânica. Cá está mais uma decisão, com a qual eu também não concordo, do Governo da Nação. Acho que quando os autarcas são eleitos, são eleitos com toda a responsabilidade e autonomia para exercerem o seu mandato. Quando a meio do jogo se alteram as regras, penso que não é muito correcto. Tudo para redução de custos. Só que, às vezes, há redução de custos financeiros que podem trazer outros bem maiores do que aqueles que acontecem. Acho que qualquer Presidente de Câmara seja ele qual for e de que partido for, tem toda a legitimidade para decidir como é

que organiza os seus serviços, como é que organiza os funcionários, porque isto é tirar completamente a autonomia ao poder local e a acção dos Presidentes de Câmara. Qualquer dia é melhor que o Governo nomeie para aqui uns funcionários seus representantes e que gira os concelhos, porque está a tirar autonomia, claramente, ao poder local. E, tirando, tirando, começam a agregar as freguesias, hão-de agregar os municípios, criam umas comunidades intermunicipais que não se percebe muito bem como é que vão funcionar! É nestas áreas que nós executivo estamos manifestamente contra. O quadro de pessoal que hoje está em vigor já foi proposto pelo actual Presidente de Câmara. Achou que os serviços deviam estar organizados desta forma e fê-los desta forma. E, temo-nos dado bem com esta organização. Os serviços da Câmara Municipal têm funcionado bem, as chefias, as hierarquias têm funcionado. A nova lei vem determinar quantas divisões é que o município pode ter. A nova estrutura orgânica que estamos a propor é aquela que decorre da lei, e a Câmara Municipal de Vimioso não pode ter mais chefias do que estas que aqui estão. Aglutinamos a divisão administrativa e financeira numa só passando a designar-se divisão administrativa e financeira, mantém-se a divisão económica social e cultural, é suprimida uma divisão no sector das obras que era a divisão de obras e logística, e estão integradas só em duas, divisão de urbanismo, e planeamento e obras com as várias subunidades, e depois a divisão de ambiente e transportes. Se repararem na divisão de ambiente e transportes aparece lá terceira. Significa que se esta divisão vier a ser dotada de chefe de divisão este chefe de divisão não recebe o mesmo do que os das outras divisões. Só podemos ter três de segunda categoria e uma de terceira. Chamo a atenção que o senhor Presidente, penso que no mesmo dia que aprovamos a nova estrutura orgânica, fez um despacho, porque a lei assim o permite, no sentido de todas as divisões que estão a funcionar neste momento só caem quando acabar o prazo para que elas estão nomeadas. Ou seja, em termos práticos, no próximo ano a estrutura orgânica actual, não a nova, vai continuar a funcionar. Neste momento temos seis chefes de divisão. Há muita gente que acha muitos. Para nós as coisas têm funcionado e costuma dizer-se que “equipa que funciona bem não se muda”. Quer queiramos quer não as chefias têm que estar motivadas para exercer o trabalho, e a motivação que se lhes coloca,

todos nós sabemos qual é. Agora dir-nos-ão vai haver poupanças! Claro que vai haver poupanças. Mas as poupanças não são significativas.” -----

----- **Ponto Dois Ponto Dez) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Augusto Pires. Disse:” Tenho recebido muitas queixas em relação à recolha de lixos. Eu próprio, na minha rua, tenho verificado isso. Há um caixote que já não tem tampa há não sei quantos meses. As pessoas que fazem a recolha do lixo já foram alertadas no sentido de trocarem o caixote, até agora não foi feito. O que é que acontece? De vez em quando, os cães vão lá entornam o caixote e o lixo fica espalhado, e causa algum mau estar ali no bairro. Inclusive, eu próprio já andei a fazer recolha desses sacos de lixo e a colocá-los novamente no caixote. As pessoas também já vieram queixar-se que eles passam, o caixote está a meio e não o esvaziam. Vão-se embora e fica por despejar.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse:” o meu assunto relaciona-se com a extensão de saúde de Argozelo. Estou contente porque a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal vão equipar aquilo com casas de banho, (no recinto que está fora). Acho muito bem porque devido à espera que os utentes têm que fazer pelos enfermeiros, e pelos médicos, às vezes é bastante prolongada. Não estou satisfeito porque está lá o horário dos enfermeiros, mas a gente chega lá às nove e eles só aparecem ao fim da manhã, ou seja por volta do meio-dia. Telefonei para o Centro de Saúde e perguntei qual era o horário dos enfermeiros e de lá disseram-me que era ao fim da manhã, e eu perguntei qual é o horário do fim da manhã! Aqui há dias tive que ir com a minha mãe, (fez uma intervenção cirúrgica a um joelho) e fui lá cinco vezes para ver qual era o horário dos enfermeiros. Quando eu cheguei lá já eles estavam dentro do carro para sair, portanto no espaço de cinco minutos. Acho que isto é intolerante. Outra coisa, o médico, está no direito dele ter férias, ter baixas mas, se só é um dia por semana, uma semana está de férias, outra semana está de baixa, outra vez está de urgência outra vez de atestado e passam-se quatro ou cinco semanas sem haver médico na extensão de Argozelo! Acho que não está certo. Devíamos tomar em atenção essas coisas e alertar de quem de direito no Centro de Saúde para que não aconteçam.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Heleno Simões. Referiu:” A questão



de Argozelo toca-me por dois pontos: Primeiro porque sou Director do Centro de Saúde, segundo porque sou o médico que se desloca à extensão donde, tenho toda a responsabilidade com o que se passa em Argozelo. Como todos sabem a extensão de Argozelo reabriu e nós ficamos reduzidos a três médicos. A questão das baixas, sou eu que lá vou e sei os dias em que meto baixa. Não tenho metido baixa. Escolhi propositadamente a quarta-feira porque, eventualmente quando fazemos os fins-de-semana e gozamos a tolerância de ponto, quem se desloca trezentos e cinquenta quilómetros para visitar a família, é lógico que vá juntar os dias de compensação ao fim-de-semana. Porque, quando estou aqui trabalho segunda, terça, quarta, quinta, sexta e por aí adiante, e portanto, é lógico que prolongue o fim-de-semana. Acontece que as pessoas querem o médico em Argozelo mas querem o médico na consulta aberta em Vimioso. Não é possível fazer isso quando há falta de médicos. O Centro de Saúde prevalece sobre as extensões. Neste caso só existe Argozelo. Mas, se é necessário assegurar o serviço é em Vimioso, não é em Argozelo. Portanto, tem que se faltar, isso é lógico, toda a gente compreende isso. Atenção que eu desde Junho não tenho metido baixa, não tenho estado doente, tive aquele mês e meio em Junho depois de ter tido o acidente, nunca mais voltei a meter baixa. Portanto não foi por aí que deixei de ir. Depois, há reuniões de serviço que temos de ir obrigatoriamente. Somos convocados temos de ir. Da parte médica está a explicação dada. Da parte de enfermagem quando o enfermeiro vai comigo às quartas de manhã está lá, vê-se toda a gente que está marcada, até têm ido bastante cedo e a coisa tem estado a resultar mais ou menos bem. Com a lentidão do sistema conseguimos responder a todas as solicitações que são apresentadas na extensão. Ninguém tem ido para casa sem ter sido consultado, não há ninguém até este momento. Claro se aparecerem lá trinta pessoas não é possível, porque o sistema não o permite. Imprimir uma receita demora perto de cinco minutos. Vejam que não é fácil trabalhar com um sistema destes. Na questão da enfermagem, até agradeço que me chamem à atenção disso. Estou a saber pela primeira vez. Foi-me pedido pelo presidente da junta de Argozelo que afixasse o horário na porta e eu, no mesmo dia telefonei ao enfermeiro chefe, o José Luís, para que o horário fosse lá colocado. O enfermeiro quando se desloca à extensão, e nós cada vez temos menos enfermeiros vai fazer o domicílio se calhar em Carção, vai fazer mais um ou

dois em Argozelo. Eventualmente quando passa em Carção podia-o fazer no regresso, podia, se calhar optou por fazê-lo na ida, é discutível. E se chega às dez e meia e às onze horas já foi embora, é porque se calhar não tinha lá ninguém. Mas era bom que essas situações fossem colocadas, o meu telefone é público, o do Centro de Saúde é público, falam comigo. Argozelo tem sido uma extensão privilegiada porque também é a maior e sempre defendi que a ter de ficar alguma aberta seria Argozelo. Não se prevê que feche, vai-se manter com certeza, uma vez por semana. Agora só somos três médicos, a população é a mesma e nós temos mais população circulante que não está inscrita no Centro de Saúde do que população inscrita. Temos cerca de quatro mil quinhentos inscritos, e temos cinco mil e tal pessoas que não estão inscritas e são atendidas no Centro de Saúde.” -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Francisco Bruçó disse:” A Junta de Freguesia de Vimioso tem vindo a verificar a existência de muitos cães soltos pela vila sem licença. Isto porquê? Porque eu dei-me ao trabalho de consultar quais os cães de guarda que tinham tirada licença de guarda, e só os cães de pastorícia porque são obrigados (porque os verdes obrigam-nos a tirar a licença se não multam-nos). Primeiro não têm licença e segundo andam soltos. Sugeria ao município que falasse com os serviços de recolha de cães, para fazerem horários díspares porquê? As pessoas sabem a que horas é que o carro dos animais passa. Têm os cães guardados, depois daquele horário soltam os cães. Acho que seria uma boa política que o carro de recolha, de vez em quando, fizesse uns horários alternativos. Outra situação: em Vimioso existe sinalética vertical que se encontra a obstruir quase na totalidade o passeio. A Junta tem sido confrontada no sentido de alterar essa sinalética porque há pais com carrinhos de bebé que têm de ir para a estrada para depois continuarem a andar. Um exemplo disso é à porta do senhor Moisés, em que não conseguem passar pelo passeio. Solicito alguma alternativa para que se possa circular livremente pelos passeios.” -----

----- Usou da palavra a senhora deputada Levinda Penedos. Disse:” Como estamos em tempo de Natal e como a Igreja também não está cega aos problemas das freguesias e aos problemas do país, eu passo a ler uma intervenção do senhor Padre Fernando Calado Rodrigues que diz o seguinte: “A reforma administrativa do poder local, foi apresentada como um pilar fundamental

para melhor gestão do território e prestação de serviço público aos cidadãos. Contudo a preocupação foi claramente reduzir os custos para corresponder às exigências da TROIKA. Quando uma reforma é introduzida desta forma poderá não vir a ter o resultado pretendido. Dificilmente os ambiciosos objectivos anunciados no documento verde da reforma da administração local. Para poupar com as autarquias, para além de uma disciplina com as empresas municipais, a grande proposta é a extinção de freguesias uma vez que não houve coragem política para mexer nos municípios. Mas mesmo essa opção é discutível e pode haver outras soluções. Não se discute a necessidade de alterar o figurino das freguesias desenhadas para o país que existia há dois séculos. O país mudou, mudou muito é preciso que as divisões administrativas sejam coerentes com essas mudanças. Só que a realidade do interior, sobretudo nas regiões mais periféricas é diferente. O Bispo de Bragança iniciou há dias a visita a toda a diocese tendo começado pelo concelho de Vinhais. Deparou-se com uma situação inquietante vivem naquele concelho menos de dez mil pessoas, dispersas por uma centena de comunidades, muitas das aldeias deixaram há muito de ser visitadas pelo médico, só em quatro a escola continua a funcionar. Os únicos que as visitam regularmente são o Pároco e o Presidente da Junta. Em alguns casos o último mais do que o primeiro, é ele que resolve muitos problemas dos mais idosos, que lhes trata dos mais diversos assuntos na vila. Em muitas casas é a única visita a transpor a ombreira da porta. Um dos presidentes confidenciou ao Bispo que com a organização das freguesias muitas das aldeias, arriscam-se a deixar de poder contar com esta presença de proximidade do seu autarca. Propôs mesmo que em vez de se extinguir as freguesias, seria bem melhor acabar com as remunerações do executivo das freguesias como acontecia até há pouco tempo. Esta é a realidade que o Governo parece desconhecer e não teve seguramente em conta a elaboração do documento verde. Fernando Calado Rodrigues (Padre). "Só para ver que a Igreja também está atenta a estes problemas." -----

----- Interveio o senhor deputado Aníbal do Rosário. Disse:" quero dar os parabéns ao senhor deputado José Granado pela sua intervenção e pelo regresso a esta Assembleia Municipal. Quero dizer-lhe que me congratulo com aquelas palavras que o senhor disse, quando é oposição é oposição, quando é para trabalhar e para aplaudir, aplaude-se. É assim mesmo, é com esse espíri-

to com que eu jurei quando tomei posse aqui nesta Assembleia Municipal. Também quero dar os parabéns ao regresso do senhor Vereador Eng.º Jorge Fernandes e dizer-lhe que, com muito gosto, tenho visto na televisão, inclusivamente adoçando a boca aos chineses. Quero solidarizar-me com todas as freguesias que realmente têm que ser agregadas ou serão agregadas na lei que hoje mesmo está a ser aprovada na Assembleia da República. Sabem muito bem que eu também sou contra isso. Sou um defensor acérrimo do interior e das aldeias. Admiro muito pessoas que trabalham pela sua freguesia solidariamente sem um único cêntimo, seja nomeadamente nas instituições particulares de solidariedade social que há muitas no nosso concelho, felizmente. Quando vou por aí fora, converso muito com agricultores, com empreiteiros, com professores e devo-vos dizer que fico muito satisfeito quando os professores dizem que das escolas onde mais gostaram de estar foi em Vimioso. Vimioso está muito bem apetrechado no que diz respeito às estruturas da escola. A nossa Câmara Municipal tem-se pautado pela defesa das nossas populações. Passo pelo nosso mundo rural tanto em Carção, como em Matela como ali mais para os meus lados, aqui para o Campo de Víboras, e os caminhos rurais estão muito bem tratados. Estão de parabéns porque agora vai-se de carro até qualquer sítio. Também tenho dito aqui e temos concordado com as charcas. Os nascentes não se devem deixar perder. Bem sei que tem sido sensibilizada a nossa Câmara nesse sentido e tem feito algumas charcas. Nunca são demais, porque nós vimos este ano o problema da seca. Sempre que haja um nascente devemos recuperá-lo o melhor que pudermos. Queria deixar um postal ilustrado para o meu presidente da junta: várias vezes se diz que a sinalética em Santulhão, na travessia dos animais, era de pôr. Já estão lá as placas, mas não estão no lugar. Senhor presidente da junta faz favor de pôs lá as placas.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, Francisco Lopes. Disse:” Em primeiro lugar quero agradecer ao Manuel e também ao Dr. Heleno, por todo o empenho que têm mostrado na defesa da Extensão de saúde de Argozelo. Já tenho contactado diversas vezes o senhor Director e também com o José Luís, o enfermeiro responsável, devido aos horários dos enfermeiros. O que eles me tem dito é que realmente tem que fazer toda aquela zona naquela manhã, e quando lá chegam, se têm pessoal despa-

cham-no, se não têm pessoal regressam à localidade. Também quero informar todas as juntas de freguesia que estão em vias de extinção que sempre fui um defensor delas e continuarei a ser. Tenho dito que tudo o que precisarem podem contar comigo, assim o tenho feito. É de louvar as juntas e também o executivo nunca se terem envolvido e nunca terem aceitado aquilo que tem sido imposto. Quanto aos cães, têm sido um problema na localidade que eu represento. Há um problema que não acontece nas outras: o veterinário que lá vai, vão lá dois, vai lá o do município que infelizmente não consegue vacinar cão nenhum. Depois vai lá o veterinário de Outeiro e vacina-os todos. Faz mais barato. O que é certo é que depois nem todos usam o chip no referido animal. Só aparecem os que são feitos nas veterinárias nas casas próprias, e nos de Vimioso não aparece nenhum porque não vai lá nenhum. O de Outeiro não os introduz. Por isso, dentro da freguesia não há qualquer chip que esteja lá mencionado naquele relatório que costumamos receber.” -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco, Aníbal Delgado. Disse:” agradeço ao executivo ter levado a efeito a construção e arranjo de três charcas, uma arranjada e duas novas. Queria falar também no IMI, no Imposto Municipal sobre Imóveis, sobre a avaliação das casas. Talvez não seja com a Câmara, o que eu sei é que por azar ou por sorte, mas parece que foi por azar, na minha freguesia, os avaliadores são de Bragança. Nas finanças pediram-me o número do telefone para ser contactado mas nunca fui. E, agora, todos os dias sou culpado de ter medido mal as casas, que andei eu com eles mas a mim ninguém me disse nada. Ainda ontem andei a medir uma ou duas, chamaram-me e fui ajudá-los. O que se passa é o seguinte: parece que os que pagavam vão pagar mais, os que não pagavam nada, continuam a não pagar nada. Na minha aldeia é verdade, há muitas que não estão inscritas e continuam a não estar, e as que estão inscritas estão a pagar cinco, e vão pagar sete ou dez.”-----

----- Para responder usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:” Há já um conjunto de questões e algumas são semelhantes no conteúdo. Relativamente ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires: a recolha do lixo, já tenho falado com alguns presidentes de junta neste sentido e vamos fazer o seguinte: vamos pedir aos serviços para entregar a cada presidente de junta qual é o calendário e a regularidade com que o carro

da recolha do lixo tem que passar em cada uma das localidades. Há localidades em que passa todos os dias, em Vimioso, depois há localidades que passa três vezes por semana e as outras localidades duas vezes por semana (as mais pequenas). Temos pedido aos senhores presidentes de junta ou a um elemento da junta de freguesia, para eles próprios nos ajudarem a fiscalizar um bocadinho porque o carro do lixo passa muito cedo, e às vezes até passa ao sábado. O fiscal municipal não vai para ali às seis da manhã, ou não vai ao sábado. Portanto, dêem-nos essa informação. A nossa Câmara à Resíduos do Nordeste (que é quem depois paga à CESP), deve-lhe zero. Portanto, quem paga bem tem de ser servido bem. Nós exigimos isso. Mais, já reivindicamos junto da Resíduos do Nordeste e já nos foi abatido alguma verba porque os serviços não estavam a ser prestados. É mesmo uma ajuda que lhes pedimos a todos, principalmente aos presidentes de junta mas a todos: informem-nos dessas situações. Porque, se o carro passa, o funcionário da recolha do lixo abriu a tampa, viu lá dois ou três sacos vai-se embora e não despeja, dêem-nos imediatamente essa informação porque vai lá o nosso fiscal, confirma essa situação e nós esse dia deixamos de pagar a recolha do lixo. Basta que deixem um por recolher, para nós o serviço foi mal feito. Dêem-nos essa informação com frequência porque nós sabemos perfeitamente que eles muitas vezes, principalmente no Inverno, há localidades que em vez de irem as duas vezes vão uma. Se chegarmos à conclusão que basta ir uma e se os senhores presidentes de junta concordarem que no Inverno basta ir uma, só vai uma, nós não queremos é pagar duas. Relativamente à questão dos caixotes estarem danificados, quero dizer-lhes que na relação de número de habitantes / número de contentores do lixo, somos o concelho que estamos com mais. Agradecia que quando houver contentores sem tampa ou nesta altura do Inverno, são de plástico e ficam queimados com as cinzas, nos informem imediatamente porque nesses casos eles são substituídos sem custo. Só tem custo quando colocamos contentores novos. Relativamente ao senhor deputado Manuel Oliveira, e à extensão de saúde de Argozelo, (o WC) dizer-lhe que é totalmente pago pela Câmara Municipal. A totalidade dos custos vai ser paga pela Câmara Municipal. Foi a junta de freguesia que o solicitou, mas, a totalidade dos custos, tal como nas obras que foram feitas em anteriores mandatos na extensão de saúde, foram na totalidade, pagos pela Câmara Municipal. Já foi adjudicado a um

fornecedor de Argozelo, a colocação das divisórias. O nosso pessoal já lá andou a ligar a água e saneamento. Às vezes as coisas não se fazem com a rapidez que nós queríamos mas a casa de banho faz sentido e ela está a ser tratada. Quanto aos problemas dos horários, agradecer ao senhor Director o deputado Dr. Heleno pelos esclarecimentos. Relativamente ao senhor presidente da junta de freguesia de Vimioso, Francisco Bruçó: Cães soltos pela vila e sugere que haja horários diferenciados. Será colocada essa questão ao canil intermunicipal. Como sabem o canil intermunicipal foi uma boa iniciativa. Conseguimos fazer uma infra-estrutura que serve quatro concelhos. Vamos informar exactamente nesse sentido sendo que, não é muito fácil até porque há dias marcados para ir aos quatro concelhos. Os veterinários dos outros concelhos que muitas vezes acompanham na recolha têm os seus horários também, mas, de qualquer das formas, vamos tentar que se possa concretizar essa sugestão que nos deixou. Quanto à sinalética vertical penso que o maior problema é mesmo esse ao pé da casa de materiais do senhor Moisés Guerra. Teremos que a equacionar junto dos técnicos. Relativamente à senhora deputada Levinda Penedos, de facto a Igreja está preocupada, e está com toda a razão porque nós sabemos, eu diria que mais de noventa por cento dessas freguesias são originárias das antigas paróquias. A Igreja está obviamente preocupada e também os padres vão sendo cada vez menos. Esta preocupação penso que é de todos. O país não pode ser tratado de forma igual, porque nós, nos investimentos também não somos tratados de forma igual. Quer dizer, nós somos portugueses, vivemos no território português, somos cidadãos, e as leis têm que ser feitas não para prejudicar as pessoas mas para lhes facilitar a vida. Nem é a questão da remuneração, porque a pequena compensação que é entregue aos presidentes de junta, tesoureiros e secretários não chega para os gastos que eles têm de telemóvel de deslocações, não chega para o tempo que despendem. Não chega, parece que não mas, os presidentes de junta todos eles são solicitados para várias coisas, é para um atestado, é para uma prova de vida, para tudo, e estão disponíveis a qualquer hora. Eu vejo o caso da minha freguesia se, espero que não se concretize, ainda tenho a tal esperança, à freguesia de Algosos lhe anexarem Campo de Víboras e Uva, é um presidente de junta para seis aldeias. Então ele agora vai andar no carro dele a resolver problemas. Se começar a meter os quilómetros, ou se comprar um

carro para a freguesia vai gastar mais. Só quem não conhece a realidade do interior! Não faz sentido absolutamente nenhum. Podem vir com a justificação, que tem de ser feita porque a TROIKA quer que seja feita porque senão não manda o dinheiro. Até pode ser um argumento aceitável mas não pode ser feita desta forma, que arranjem outra forma, que se entendam os partidos. Mas, o meu grande lamento é que os partidos que nos representam na Assembleia da República, não se entendem e andam a querer tirar dividendos uns e outros. (Já andam a dizer que a culpa é do outro, que teve medo). Não faz sentido e nós, as populações que estamos no interior, somos as vítimas disto tudo, e sentimo-nos por vezes mal representados nesta situação toda. Tem razão o senhor padre Calado, têm razão todos aqueles que se opõem, e esperemos mais uma vez que a coisa se resolva ou que não se concretize isto. O senhor deputado Aníbal do Rosário, fez considerações de que a Câmara tem investido, na educação no mundo rural nas charcas. O senhor presidente da junta de Vilar Seco reconhece agora o trabalho que foi feito. Já está uma máquina em Avelanoso também para fazer a charca. Outras juntas de freguesia, elas próprias pelos meios que dispõem têm feito charcas. Isso é bom. É bom para o concelho, mas continuo a dizer estamos a fazê-las com um bocado de risco. Deviam ser todas licenciadas mas neste país, com as burocracias que temos não fazíamos charcas nenhuma. O senhor presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, colocou a questão dos chipes colocados nos cães, que o veterinário municipal não coloca, ou que não vacina, o outro que faz mais barato. Eu vou colocar a questão ao senhor Dr. Godinho, veterinário municipal, e ver qual é a questão se é mais caro ou mais barato. Agora, quando as pessoas fazem um serviço devem-no fazer completo, e se não põe o chip devia ser posto. Informam-me outros presidentes de junta que são eles que tratam disso. A freguesia de Argozelo também deve olhar pelos animais da sua freguesia para que haja saúde pública porque é uma questão de saúde pública. Relativamente ao IMI a última questão colocada e preocupação do senhor presidente da junta de freguesia de Vilar Seco, senhor Aníbal Delgado, eu quero-lhe dizer que a nós apenas foi solicitado e depois oficiados por uma directiva da Associação Nacional de Municípios que as Câmaras deviam prestar apoio aos serviços de finanças. Apoio é se tiver que ir um engenheiro pode ir, se for para tirar umas fotocópias de plantas pode tirar. É o apoio logístico e a Câmara tem-no feito.



Todos os avaliadores que têm vindo à Câmara Municipal têm tido todos o mesmo tratamento. A Câmara Municipal está disponível para colaborar, sendo que quem vai apanhar com as culpas de tudo é a Câmara.” -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo referiu:” Eu não disse que o veterinário da Câmara Municipal que não enviava. Eu disse que ele enviava sempre a listagem dos dele, quem não enviava listagem dos cães era o veterinário que se deslocava lá o de Bragança. Agora, o Dr. Godinho manda para lá tudo direitinho, com o chip e com essas coisas todas. O outro é que não envia. Foi isso que eu tentei dizer.” -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse:” com a minha intervenção não quis culpar ninguém pelos serviços do médico, longe de mim não queria culpar ninguém, mas acho que era um direito, na minha maneira de ver, era um problema do concelho, acho que aqui devem ser discutidos os problemas do concelho. Queria dizer ao Dr. Heleno, se fosse possível, por exemplo no horário fazer logo no início às nove que é quando as pessoas estão à espera, porque assim as pessoas sabem que é às nove e o pessoal está lá às nove. O serviço domiciliário fá-lo depois. Na recolha do lixo, já uma vez trouxe este problema aqui e eu próprio já alertei o condutor do carro. Eu sei que ele há dias que recolhe uns e há dias que recolhe outros. Onde vê que tem menos lixo, hoje recolhe aqui amanhã recolhe ali.” -----

----- **Ponto Três) PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Interveio o senhor Vereador Jorge Fernandes. “ Quero cumprimentar o deputado José Granado, eleito pelo Partido Socialista nas últimas eleições. Na altura tive pena que não tivesse apanhado o comboio logo à partida, apanhou agora nesta altura. Estou certo que trará um contributo bastante positivo para esta Assembleia. Quem faz falta é quem cá está, e quem cá está acho que deve pôr a sua massa crítica a funcionar. Também, cumprimentar o deputado Aníbal Rosário que tinha algumas saudades em ver aqui os vereadores do Partido Socialista. A minha ausência, uma vez que eu era aqui presença assídua, deve-se essencialmente a questões de carácter profissional. Tenho estado bastante ocupado, bastante empenhado com a actividade de uma empresa que eu criei já em dois mil e oito e que não estava desenvolvida. Neste momento o investimento previsto está concretizado praticamente na sua totalidade, e estamos empenhados em fazer o nosso melhor trabalho. De forma indirecta

estou também a dar o meu contributo ao concelho, pelo investimento que se fez pela valorização de um recurso agrícola de grandes potencialidades que nós temos aqui no nosso concelho. Qualquer agricultor, qualquer presidente de junta, qualquer deputado municipal estando ou não estando aqui presente, está a dar o seu contributo ao concelho. A minha presença nem será muito importante, até porque os vereadores da oposição não têm que aqui estar, não são obrigados a estar aqui. Será importante se viermos para aqui a dar a nossa opinião. Foi isso que eu sempre procurei fazer desde que vim para a Câmara Municipal, desde o primeiro dia que entrei na junta de freguesia de Angueira sem qualquer tipo de interesse pessoal ou particular. Sempre procurei dar o meu melhor em prol da minha freguesia em prol do meu concelho. Prova disso é a iniciativa que desenvolvi. Podia tê-la desenvolvido em Mogadouro, é lá que eu vivo, mas desenvolvi-a em Vimioso pelo facto de sempre acreditar nas potencialidades do nosso concelho. Agradeço os elogios que me foram feitos. Não gosto muito de folclore a mim o que me interessa é mesmo a realidade. As notícias vieram a público porque, fala-se tanto de crise, fala-se tanto de problemas, o país tem tantos problemas e vamos encontrar aqui uma empresa em Vimioso, que de forma indirecta também foi apoiada pela Câmara. A Câmara fez um investimento num parque industrial, numa iniciativa que a Câmara lançou no sentido de canalizar investimento para um concelho do interior. E portanto, no tempo em que estamos, surge aqui uma empresa num concelho esquecido do interior do país a pôr o produto fora do país. Isso é que despertou o interesse aos jornalistas. Ainda bem, porque assim fizeram-nos o plano de marketing de borla da empresa. As coisas surgem pela ordem natural, mas surgem porque sempre acreditei nos recursos locais do concelho. Foi sempre isso que eu falei desde que vim para esta Câmara e sempre em linha de sintonia com o actual executivo. Sempre temos vindo a falar disso. Tenho pena que o plano tenha sido pouco discutido por vocês. Em reunião de Câmara estamos todos de acordo, o senhor Presidente, Vice-Presidente colegas de vereação. Neste momento, numa situação de falta de recursos financeiros, de tantas dificuldades que existem, e após o esforço financeiro que a Câmara fez, e que continuará a fazer para concretizar todo estes investimentos que foram feitos ao longo dos últimos anos, só nos resta é colocar toda a massa crítica do concelho, todas as instituições do concelho, todas as empresas que se instalaram

no concelho com muitas dificuldades, a trabalhar, e colocar todas estas sinergias ao serviço do concelho. Todo este apoio que a Câmara Municipal está a dar, às empresas e, estou certo de que continuará a dar, seja ele qual for o executivo que venha a resultar nas próximas eleições, todo este esforço em conjunto com todas as empresas que aqui se instalaram até ao momento, é desta maneira que eu vejo o desenvolvimento. Eu, com uma pequena ponta de sorte, e com muito trabalho muita dedicação, acho que era impensável o mel produzido em Angueira, produzido nas serras, já a cair para Serapicos, nas encostas de Carção e quase de Argozelo, neste momento está nas prateleiras do supermercado na China. Isto é a prova de que é possível. Felizmente no nosso concelho também já existem, com muito trabalho, produtores de licores, produtores de azeite, sabonetes, produtos que não existiam há uns anos atrás. Isto é a prova de que através daquilo que nós temos dos nossos próprios recursos naturais e o esforço que a Câmara tem feito no Parque de Natureza e Aventura. Ligação de turismo, produtos locais e Câmara Municipal, é desta maneira que nós conseguiremos o nosso desenvolvimento. A minha opinião pessoal, penso que também é a opinião generalizada do senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente e colegas de Vereação é que a estratégia de desenvolvimento, e planos que nós podemos aqui apresentar, devem ir nessa linha para podermos continuar a estar cá com satisfação e orgulho que somos de Vimioso e que nos dá prazer andarmos por aqui e trabalhar aqui.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor Vice-Presidente. Disse” Agradeço a intervenção do colega Jorge Fernandes que é um exemplo de sucesso e a prova de que na Câmara Municipal, trabalhamos todos em conjunto e todos para obter o mesmo fim que é o sucesso do nosso concelho. O exemplo dele é um exemplo de sucesso, e outros que já lá se instalaram e que se estão a instalar. Dizer-lhes que nós, Câmara Municipal, já promovemos duas reuniões com as associações de produtores de carne autóctone raça mirandesa, raça churra galega mirandesa, da cabra serrana e porco bísaro, no sentido de, e estamos aqui a patrocinar um estudo, numa primeira fase a unidade de transformação de carne da cooperativa mirandesa poder vir, (oxalá que haja esse entendimento), a transformar e embalar as outras carnes e poderem ser comercializadas. Isto permitirá, por um lado, potenciar a infra-estrutura mas também, por outro lado, a nível mais a montante ter mais produtores, ter mais saída do produto sabendo

do mesmo que os tempos são muito difíceis. Trata-se duma aposta nos recursos locais. Existem alguns projectos para investimento na zona industrial, continua o terreno a um cêntimo, e o que depende directamente da Câmara Municipal, procuramos facilitar ao máximo. Estamos a estudar um regulamento por forma a poder apoiar financeiramente a instalação de investidores no concelho, sejam eles locais venham eles de fora. Esse regulamento tem que ser muito bem elaborado, porque ele não pode colidir com financiamentos comunitários. Não se esqueçam que se apoiou a cooperativa mirandesa com cerca de oitocentos mil euros. É uma ajuda damos aos agricultores. Também, todos os anos, nós financiamos a OPP de Palaçoulo para que os nossos agricultores não vejam a sua contribuição financeira para essa associação aumentada. Portanto, este apoio aos agricultores, aos industriais também tem sido dado naquilo que nos é possível. Vamos recolhendo os contributos de todos, mas estamos exactamente a pensar nessa perspectiva de valorização dos recursos, seja com as termas, seja com o parque ambiental, seja com a zona industrial. Temos de estar todos unidos e remar todos para o mesmo lado porque os tempos são mesmo muito complicados, e de Lisboa as coisas nunca são muito positivas.” -----

----- De novo do uso da palavra o senhor Vereador Jorge Fernandes disse:” no que toca à prova do mel desde já convido toda a gente a conhecer a empresa. No caso em concreto, neste momento, podemos dar algum desenvolvimento e algum benefício às pessoas. Procuramos, e peço a colaboração dos presidentes de junta, locais para aumento de apiários e ampliação dos nossos efectivos. Procuramos locais nas manchas de Vale de Frades, Uva, Vila Chã e eventualmente nas encostas também do Sabor e do Maçãs. Se conhecerem agricultores que tenham terrenos abandonados sem qualquer tipo de aproveitamento, estamos dispostos a alugar esses terrenos e pagar-lhes porque temos necessidade de aumentar os efectivos. Interessa-nos também procurar aqueles locais antigos em pedra murados, porque isso vai na linha de outro projecto que a gente vai desenvolver num contexto turístico.” -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas treze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

---

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

---